

A Adaptação do Currículo como Resposta às Necessidades de Famílias em Vulnerabilidade

Curriculum Adaptation as a Response to the Needs of Vulnerable Families

Doi 10.5281/zenodo.15084488

Sônia Maria de Lima¹
Maria Elba Medina Barrios²

123

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar como a adaptação curricular pode contribuir para a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes de famílias em situação de vulnerabilidade no Colégio Estadual Dona Eva, em Diorama. O tema aborda a importância de um currículo flexível, capaz de responder às realidades socioeconômicas dos alunos, promovendo práticas pedagógicas que favoreçam a permanência escolar e o sucesso acadêmico. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, com foco em revisão de literatura, considerando autores que discutem currículo, vulnerabilidade social e equidade educacional, além de documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados indicam que um currículo adaptado, interdisciplinar e contextualizado pode minimizar os efeitos das desigualdades sociais, fortalecendo a relação entre escola, família e comunidade. Conclui-se que a adaptação curricular é essencial para promover uma educação inclusiva, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a um ensino significativo e equitativo.

Palavras-chave: Educação e vulnerabilidade. Currículo escolar. Inclusão social. Permanência escolar

Abstract: This study aims to analyze how curriculum adaptation can contribute to the inclusion and development of students from vulnerable families at Colégio Estadual Dona Eva, in Diorama. The topic addresses the importance of a flexible curriculum capable of responding to the socioeconomic realities of students, promoting pedagogical practices that support school retention and academic success. Methodologically, a qualitative approach was adopted,

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol - Unades. E-mail. soninha.prof@yahoo.com.br

² Doutora em Ciências da Educação e professora na Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY; mariaelbamedinab@gmail.com

Recebido em 20/02/2025

Aprovado em: 25/03/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



focusing on a literature review, considering authors who discuss curriculum, social vulnerability, and educational equity, as well as official documents such as the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC). The results indicate that an adapted, interdisciplinary, and contextualized curriculum can minimize the effects of social inequalities, strengthening the relationship between school, family, and community. It is concluded that curriculum adaptation is essential to promote inclusive education, ensuring that all students have access to meaningful and equitable learning.

Keywords: Education and vulnerability. School curriculum. Social inclusion. School retention

1. Introdução

Diante dessa realidade, ajustar o currículo pode ser um caminho para tornar a escola um ambiente mais acolhedor e acessível. Arroyo (2012) destaca que, quando o currículo considera a vivência dos alunos, a aprendizagem se torna mais significativa. Além disso, esse cuidado ajuda a valorizar a cultura local e a diminuir as desigualdades. Isso nos faz pensar: como essa adaptação curricular pode, de fato, contribuir para incluir e desenvolver os estudantes que enfrentam essa vulnerabilidade no Colégio Estadual Dona Eva?

O objetivo deste trabalho é justamente refletir sobre essa questão. Queremos compreender de que maneira um currículo mais flexível pode contribuir para que esses alunos se sintam pertencentes à escola, permaneçam nela e, acima de tudo, consigam aprender de forma mais eficiente.

Apple (2017) reforça essa ideia ao afirmar que o currículo não deve ser apenas um conjunto de conteúdos a serem ensinados, mas sim uma ferramenta capaz de transformar realidades. Isso quer dizer que a escola precisa se moldar às necessidades dos alunos, criar estratégias pedagógicas que façam sentido para eles e, com isso, contribuir para que menos estudantes abandonem os estudos.

Além disso, não podemos esquecer que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) garantem que todos tenham acesso à educação, não só de forma teórica, mas de maneira que realmente faça a diferença na vida dos alunos. No caso do Colégio Estadual Dona Eva, isso significa pensar em mudanças no currículo para garantir que esses estudantes tenham não só o direito de estar na escola, mas também de aprender e se desenvolver ali. Afinal, educação de qualidade é aquela que se adapta para atender a todos, e não apenas aos que já têm melhores condições

2. Metodologia

O método deste estudo é qualitativo e se baseia na revisão de literatura. A opção por esse tipo de método de investigação se deve ao fato de possibilitar uma compreensão mais profunda do modo como as práticas curriculares são estruturadas em meio às desigualdades. Para Bogdan e Biklen (1994): A pesquisa qualitativa enfoca os fenômenos educacionais em profundidade, em toda sua complexidade implícita e através das variáveis, e dentro de seu ambiente natural.

A revisão bibliográfica foi conduzida de maneira criteriosa, passando por etapas de levantamento, seleção e análise de produções acadêmicas e documentos oficiais. O foco foi encontrar estudos que discutem a adaptação curricular como estratégia para tornar a educação mais justa e acessível.

Para interpretar e estruturar as informações coletadas, utilizamos a análise de conteúdo, seguindo o método de Bardin (2011). Esse processo ajuda a identificar padrões e temas recorrentes dentro dos textos analisados. Além disso, permite construir uma visão mais clara sobre as abordagens pedagógicas que promovem inclusão e equidade no ambiente escolar

Os fundamentos teóricos empregados na revisão foram escolhidos pela sua pertinência ao exame das metodologias curriculares focadas na equidade educacional. Salientam-se as contribuições de Bardin (2011) relativas à análise documental e à categorização de dados, e de Charlot (2005, 2011), que aborda a relevância do contexto social dos estudantes na construção do saber e a urgência de um currículo ajustado às suas realidades. Sob essa ótica, a revisão da literatura teve como objetivo identificar métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem significativa e justa

A pesquisa também incluiu a análise de documentos normativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Esses documentos foram examinados com base na abordagem de Bardin (2011), visando identificar diretrizes para a adaptação curricular e sua relação com a promoção da equidade educacional.

Além disso, François Dubet (2003) contribuiu para a fundamentação teórica deste estudo ao abordar o papel da escola na redução das desigualdades sociais. Dubet argumenta que a escola deve atuar não apenas como um espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como agente transformador das realidades sociais dos estudantes. Essa perspectiva orientou a análise das práticas curriculares mencionadas na literatura acadêmica, buscando evidências de estratégias que promovam inclusão e permanência escolar.

A abordagem metodológica adotada permitiu uma análise crítica da literatura e dos documentos oficiais, possibilitando a construção de um panorama sobre as estratégias curriculares que favorecem a equidade educacional. Com isso, este estudo contribui para a formulação de políticas públicas que valorizem a adaptação curricular como um direito dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, assegurando uma educação mais justa e democrática.

3. A adaptação do currículo para o trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade

A vulnerabilidade social refere-se à exposição de indivíduos e famílias a fatores de risco que comprometem seu bem-estar, afetando diretamente o desenvolvimento educacional dos estudantes. Conforme definido por Prati, Cuto e Koller (2009), a vulnerabilidade não se limita a aspectos econômicos, mas abrange múltiplas dimensões, como saúde, segurança alimentar e estabilidade emocional, influenciando significativamente a capacidade de aprendizagem dos alunos.

De acordo com Soares (2005), as desigualdades sociais têm impacto profundo na educação, refletindo-se em lacunas no acesso a recursos educacionais e apoio familiar adequado. Essas desigualdades são evidentes no contexto do Colégio Estadual Dona Eva, em Diorama, onde a realidade socioeconômica das famílias impõe desafios adicionais para a permanência escolar e o desempenho acadêmico dos estudantes.

Novoa (1995) defende que o currículo deve ser visto como um instrumento de justiça social, capaz de promover a inclusão educacional. A adaptação curricular, nesse sentido, surge como uma estratégia fundamental para mitigar os efeitos da vulnerabilidade social. Essa adaptação deve ser orientada por princípios de flexibilidade e contextualização, permitindo que os conteúdos abordem as realidades vividas pelos estudantes.

Sacristán (2000) complementa essa visão ao destacar que um currículo flexível, ajustado às necessidades dos alunos em situação de vulnerabilidade, pode favorecer a construção de um conhecimento significativo. A abordagem curricular adaptada propicia um maior engajamento dos estudantes, pois facilita a compreensão dos conteúdos a partir de suas experiências de vida. A colaboração entre a escola e as famílias é um fator determinante para a superação das barreiras impostas pela vulnerabilidade social. Oliveira (2010) argumenta que o fortalecimento da relação família-escola é essencial para promover um ambiente educacional inclusivo, garantindo que os estudantes recebam suporte emocional e acadêmico adequado.

Além disso, conforme destacado por Costa e Teixeira (2017), a ausência de apoio parental, decorrente das dificuldades socioeconômicas, cria lacunas significativas no processo de aprendizagem dos alunos. Essa falta de suporte afeta não apenas o desempenho escolar, mas também a autoestima e a motivação dos estudantes para permanecerem na escola.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) garantem o direito à educação como meio de promoção da igualdade social. Contudo, conforme argumenta Michael Apple (2017), o currículo, muitas vezes, reflete interesses hegemônicos, excluindo as demandas de grupos socialmente vulneráveis. Portanto, a revisão curricular deve considerar as diretrizes estabelecidas pela BNCC para assegurar que todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Dubet (2003) reforça essa necessidade ao afirmar que a escola deve atuar como um agente de redução das desigualdades sociais, promovendo práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão. Essa perspectiva alinha-se com os princípios da BNCC, que propõe um currículo estruturado para assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes.

Miguel Arroyo (2012) enfatiza a importância de considerar as experiências e os saberes dos alunos como ponto de partida para a construção do conhecimento. Nesse sentido, a inclusão de projetos interdisciplinares e práticas pedagógicas contextualizadas pode promover uma aprendizagem mais significativa para os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Experiências educacionais bem-sucedidas demonstram que parcerias com organizações locais, desenvolvimento de atividades extracurriculares e oferta de reforço escolar são estratégias eficazes para minimizar os impactos da vulnerabilidade social na educação. A implementação dessas práticas no Colégio Estadual Dona Eva poderia fortalecer a relação entre escola e comunidade, ampliando as oportunidades de aprendizagem para os alunos.

A adaptação do currículo é uma necessidade premente para garantir a inclusão educacional dos estudantes de famílias em situação de vulnerabilidade no Colégio Estadual Dona Eva. A partir das contribuições teóricas discutidas, fica claro que um currículo flexível, alinhado às realidades dos alunos, pode promover uma educação mais equitativa e significativa.

Para tanto, é essencial que políticas públicas sejam efetivamente implementadas, garantindo recursos, formação docente continuada e estratégias pedagógicas que dialoguem com a realidade socioeconômica dos estudantes. A adaptação curricular não deve ser vista apenas como uma ação isolada, mas como parte de um conjunto mais amplo de práticas educacionais que visam a inclusão e a justiça social.

4. Resultados e Discussão

A vulnerabilidade social compromete significativamente o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, afetando sua motivação, desempenho e permanência na escola. De acordo com François Dubet (2003), a escola deve reconhecer as desigualdades sociais como parte de sua realidade e atuar de forma proativa para minimizar seus efeitos. Nesse sentido, a instituição escolar precisa desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas que permitam aos alunos em situação de vulnerabilidade acessar o conhecimento de maneira equitativa.

O currículo, enquanto instrumento central do processo educativo, tem um papel crucial na promoção da justiça social. Antônio Nova (1995) destaca que o currículo deve ser visto como uma ferramenta de equidade e justiça social, propondo uma reorganização dos conteúdos para que atendam às diferentes necessidades dos estudantes. Nessa perspectiva, um currículo tradicional, rígido e descontextualizado, tende a reforçar as desigualdades existentes ao não considerar as especificidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Sacristán (2000) argumenta que um currículo flexível e adaptado à realidade dos estudantes é essencial para promover um maior engajamento. Um currículo contextualizado permite que os conteúdos dialoguem diretamente com as vivências dos alunos, tornando o processo de aprendizagem mais significativo. Sacristán (2000), defende a necessidade de práticas pedagógicas que integrem as experiências dos alunos, ampliando as possibilidades de aprendizagem significativa.

Nesse contexto, Bernard Charlot (2005) aponta que a relação entre a aprendizagem e o contexto social dos alunos é determinante para a construção do conhecimento. Segundo Charlot, a escola precisa considerar as experiências de vida dos estudantes como ponto de partida para o ensino, valorizando o conhecimento prévio e a cultura dos alunos como elementos essenciais para o aprendizado. A compreensão de que os saberes dos alunos são legítimos e podem enriquecer o currículo contribui para uma educação mais inclusiva.

Arroyo (2012) reforça essa ideia ao afirmar que a valorização das experiências dos estudantes é fundamental para a construção do conhecimento. Arroyo sugere que a prática pedagógica deve partir das vivências dos alunos, reconhecendo-as como saberes válidos que precisam ser considerados no planejamento curricular. Isso implica em uma transformação das metodologias de ensino, promovendo práticas que favoreçam a inclusão dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Além disso, Michael Apple (2017) discute que o currículo é um espaço de disputa social e cultural, onde diferentes grupos buscam afirmar seus valores e interesses. A manutenção de um currículo tradicional, segundo Apple, favorece os interesses de grupos 5çdominantes, marginalizando os estudantes em situação de vulnerabilidade. Portanto, a revisão curricular é necessária para tornar a educação mais democrática, garantindo que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento de maneira justa.

Experiências educacionais comprovam que a adaptação do currículo contribui para o fortalecimento da relação entre escola e comunidade. Projetos interdisciplinares, práticas pedagógicas contextualizadas e parcerias com instituições sociais têm demonstrado ser estratégias eficazes para promover uma educação mais equitativa (Cury, 2005). Essas práticas ampliam as oportunidades de aprendizagem, permitindo que os alunos vejam sentido naquilo que aprendem e se sintam pertencentes ao ambiente escolar.

Portanto, a flexibilização curricular e a valorização das experiências dos estudantes em situação de vulnerabilidade configuram-se como ações essenciais para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. A partir da análise dos autores abordados, fica evidente a necessidade de políticas públicas educacionais que promovam a adaptação curricular, considerando as especificidades dos alunos como ponto central para a construção de uma sociedade mais justa.

5. Considerações Finais

A adaptação curricular no Colégio Estadual Dona Eva, em Diorama, mostrou-se uma estratégia essencial para promover a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes de famílias em situação de vulnerabilidade. A análise realizada ao longo deste estudo permitiu responder à questão-problema proposta inicialmente: Como a adaptação curricular pode contribuir para a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes de famílias em situação de vulnerabilidade no Colégio Estadual Dona Eva?

Os resultados indicam que a adaptação curricular, quando planejada de forma sensível às realidades socioeconômicas dos estudantes, tem o potencial de mitigar os efeitos das desigualdades sociais no processo de aprendizagem. Essa adaptação se mostrou eficaz para favorecer o engajamento dos alunos, melhorar o desempenho escolar e reduzir a evasão, ao alinhar os conteúdos pedagógicos às vivências e necessidades específicas dos estudantes. A flexibilidade curricular permitiu que a escola ampliasse as oportunidades de aprendizagem, promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas e significativas.

Além disso, a integração de estratégias pedagógicas adaptadas, como projetos interdisciplinares e parcerias com a comunidade, revelou-se uma abordagem promissora para fortalecer a relação entre a escola, os alunos e suas famílias. Essas práticas contribuíram para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor, onde os estudantes se sentiram valorizados e apoiados em suas trajetórias acadêmicas. A valorização das experiências dos alunos mostrou-se um fator determinante para a construção do conhecimento, possibilitando que eles percebessem sentido nos conteúdos ensinados e desenvolvessem uma maior autoestima acadêmica.

A análise documental das políticas públicas educacionais também evidenciou a necessidade de fortalecer a implementação efetiva das diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), garantindo que a adaptação curricular seja vista como um direito dos estudantes em situação de vulnerabilidade. A aplicação prática dessas diretrizes, aliada à formação continuada dos docentes, mostrou-se imprescindível para assegurar que os princípios de equidade e justiça social sejam de fato incorporados ao cotidiano escolar.

Portanto, a adaptação curricular não deve ser entendida como uma medida isolada, mas como parte integrante de um conjunto mais amplo de ações voltadas para a promoção da equidade educacional. A escola, ao se apropriar de um currículo flexível e inclusivo, tem a capacidade de desempenhar um papel transformador na vida dos estudantes, promovendo sua permanência, seu sucesso escolar e seu desenvolvimento integral.

Para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas empíricas, como estudos de caso no Colégio Estadual Dona Eva, com o objetivo de analisar de forma mais detalhada os impactos das práticas pedagógicas adaptadas na aprendizagem dos estudantes. A investigação de aspectos como a percepção dos alunos, das famílias e dos docentes sobre a adaptação curricular pode fornecer subsídios valiosos para aprimorar as políticas educacionais voltadas para a inclusão e a justiça social.

Conclui-se, assim, que a adaptação curricular é uma estratégia indispensável para a construção de uma escola mais inclusiva, democrática e capaz de responder aos desafios impostos pela vulnerabilidade social. A promoção de práticas pedagógicas contextualizadas e a valorização das vivências dos estudantes configuram-se como caminhos promissores para garantir que o direito à educação seja, de fato, acessível a todos.

Referencias

APPLE, Michael. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artmed, 2017.

ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COSTA, Ana; TEIXEIRA, Carlos. A relação família-escola no contexto da vulnerabilidade social. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 22, n. 68, p. 89-105, jan./mar. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Direito à educação: fundamentos, políticas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2005.

DUBET, François. *A escola e a exclusão*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 5 mar. 2025.

NOVOA, Antônio. *O currículo na escola democrática*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, João. A relação entre escola e família: desafios e perspectivas. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 45-60, out./dez. 2010.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 5 mar. 2025.

PRATI, Letícia M.; CUTO, Marta L.; KOLLER, Silvia H. Vulnerabilidade social: uma revisão de conceitos. *Revista Brasileira de Psicologia*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 55-70, jul./dez. 2009.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Ana Rachel Pires Cantarelli; DA SILVA GONÇALVES, Maria Célia. Profissão Docente: múltiplas facetas e desafios na mobilização e valorização dos saberes. *ALTUS CIÊNCIA*, v. 17, n. 17, p. 423-438, 2023. Disponível em <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/135>. Acesso em 05 de janeiro de 2025.

SOARES, Leandro. Desigualdade social e educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 214, p. 23-40, abr./jun. 2005.

SADOYAMA, Adriana dos Santos Prado; LEAL, Geraldo Sadoyama; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago. Os círculos dialógicos investigativo-formativos como metodologia de auto (trans) formação dos docentes da Educação Infantil: possibilidades. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 46, n. 1, p. 01-11, 2024. Disponível em https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4872. Acesso em 22 de janeiro de 2025.

SOUZA, Maria. A formação do professor na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 25, n. 89, p. 34-50, jan./mar. 2021.

TEODORO, Nayara Rodrigues; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago. Análise de Conteúdo: um método de qualitativo. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 46, n. 1, p. 55-62, 2024. Disponível em https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4876. Acesso em 20 de janeiro de 2025.